

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	17

CAPÍTULO 1

A RESPONSABILIDADE PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, 25

1.1. A Responsabilidade Penal na Sociedade de Risco	27
1.1.1. As características do Direito Penal na sociedade de risco	30
1.2. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica na Sociedade de Risco	32
1.2.1. A responsabilidade individual por atos da pessoa jurídica	32
1.2.2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica por seus atos	43

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTO DOGMÁTICO DO DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO COMO ESPÉCIE DO DIREITO PENAL ECONÔMICO, 55

2.1. A Avidéz Arrecadatória do Estado e a Evasão Fiscal	63
2.2. O Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal Tributário	68
2.3. A Legislação Repressiva aos Crimes contra a Ordem Tributária e o Advento da Lei 8.137, de 27/12/1990	75
2.4. Os Crimes Previdenciários Previstos nos Artigos 168-A E 337-A do Código Penal	86
2.5. A Ação Penal nos Crimes contra a Ordem Tributária	97



2.5.1. O respeito à dignidade da pessoa humana como garantia fundamental no processo penal.....	97
2.5.2. A denúncia genérica nos crimes contra a ordem tributária como ofensa aos princípios e garantias constitucionais	103
2.5.3. A necessidade do prévio exaurimento da via administrativa para o exercício da ação penal nos crimes contra a ordem tributária	112
2.6. A Extinção da Punibilidade pelo Pagamento do Tributo	123

CAPÍTULO 3

A CULPABILIDADE NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, 129

3.1. A Culpabilidade como Elemento do Conceito de Crime.....	131
3.1.1. O princípio de culpabilidade	139
3.1.2. A culpabilidade e o princípio da proporcionalidade.....	145
3.1.3. A culpabilidade e o livre-arbítrio	151
3.1.4. A culpabilidade do autor e a culpabilidade do fato	155
3.2. As Teorias da Culpabilidade	158
3.2.1. A teoria psicológica da culpabilidade	158
3.2.2. A teoria psicológico-normativa da culpabilidade	163
3.2.3. A teoria normativa pura da culpabilidade	169
3.2.4. A culpabilidade no pós-finalismo	173
3.3. A Capacidade de Culpabilidade.....	175
3.4. A Possibilidade de Compreensão do Injusto	182
3.4.1. A consciência potencial do injusto e as teorias extremada e limitada da culpabilidade	188

3.4.2. A exclusão da culpabilidade pela ausência da possibilidade de compreensão do injusto nos crimes contra a ordem tributária	196
--	-----

CAPÍTULO 4

A INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA E A SUA APLICAÇÃO NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, 203

4.1. Evolução Doutrinária da (In) Exigibilidade de Conduta Diversa	205
4.2. Papel Precursor do <i>REICHSGERICHT</i>	216
4.3. Inexigibilidade ou Exigibilidade de Conduta conforme o Direito	221
4.4. A (In) Exigibilidade de Conduta Diversa e o Conceito Material de Culpabilidade	225
4.5. Legislação sobre a (In) Exigibilidade de Conduta Diversa em Portugal, Espanha e Alemanha	230
4.5.1. Portugal	230
4.5.2. Espanha	231
4.5.3. Alemanha	233
4.6. Inexigibilidade de Conduta Diversa no Direito Penal Brasileiro	235
4.6.1. Inexigibilidade de conduta diversa sob a forma de coação irresistível e obediência hierárquica na legislação brasileira	239
4.7. Possibilidade de Aplicação da Inexigibilidade de Conduta Diversa nos Crimes contra a Ordem Tributária	242
4.8. Aplicação a um Caso Concreto da Inexigibilidade de Conduta Diversa nos Crimes contra a Ordem Tributária	247

CAPÍTULO 5
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, 255

CONCLUSÕES, 261

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 273